



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 67ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATA

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/10/2013

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.573 a 4.575/2013 - Requerimentos nºs 5.755 a 5.826/2013 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Transporte, de Segurança Pública, de Esporte e de Cultura (2) e de Direitos Humanos e dos deputados Bosco, Carlos Pimenta e Sávio Souza Cruz - Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Paulo Guedes; questões de ordem; discursos dos deputados Rômulo Viegas e Rogério Correia - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questões de ordem - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.573/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol, com sede no Município de Espera Feliz.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol, com sede no Município de Espera Feliz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 2013.

Durval Ângelo

Justificação: Constituída em 24 de abril de 2006, a Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol, com sede no Município de Espera Feliz, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção e execução de programas e ações e de interesse dos seus associados, a mobilização da população para uma atuação conjunta na busca de soluções para os problemas da coletividade.

Interessada na melhoria das condições sociais e econômicas da população do Bairro Vale do Sol e adjacências, organiza e promove atividades de cunho educativo, palestras, atividades socioculturais, esportivas e de lazer, além da busca de parcerias e investimentos de órgãos públicos e particulares.

Tendo em vista a importância do trabalho realizado pela Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol, contamos com a anuência dos nobres deputados a este projeto de lei, que pretende outorgar-lhe o título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.574/2013

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Gonçalo do Abaete o imóvel localizado na Rua 12 de Junho, nesse município, registrado no livro 2-B, fls. 40, matrícula 337, do Cartório de Registro de Imóveis de São Gonçalo do Abaeté.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social do Município.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 2013.

Inácio Franco

Justificação: O imóvel em questão necessita passar por reformas para melhorar a sua infraestrutura e a qualidade de atendimento da população, de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Diante dessa necessidade, o município vem buscando recursos junto a órgãos governamentais federais e estaduais, e uma das exigências para firmar convênios é a comprovação de posse do imóvel:

A doação do imóvel ao município será de grande valia e bastante benéfica para a população, pois busca-se o melhor atendimento ao público-alvo, e para que isso ocorra de maneira satisfatória deve-se ter a posse definitiva do imóvel.

Por essas razões contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.575/2013

Dispõe sobre a desafetação de bens públicos e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá os trechos de rodovia que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam desafetados os bens públicos constituídos pelos trechos da Rodovia MG-428, compreendidos entre os seus quilômetros 4,95 a 6,50 e 9,00 a 11,40.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araxá a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único - A área a que se refere o *caput* deste artigo passa a integrar o perímetro urbano do Município de Araxá e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º - A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 2013.

Bosco

Justificação: Este projeto de lei que submetemos à apreciação desta Casa dispõe sobre a desafetação de bens públicos e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá os trechos rodoviários que especifica.



Trata-se de bens públicos de propriedade do Estado, gerenciado pelo DER-MG, de uso comum do povo, compreendidos nos trechos da MG-428 situados entre os seus quilômetros 4,95 a 6,50 e 9 a 11,40.

A municipalização dos mencionados trechos rodoviários se apresenta como importante medida para o desenvolvimento de Araxá. Isto porque a classe empresarial da região tem interesse em construir às margens dos trechos, identificando o local como de interesse para os seus investimentos e também porque os trechos já integram o perímetro urbano da cidade faticamente, com indústrias, comércios e residências erguidos em seu entorno. Além disso, devido à característica do trecho, a comunidade já o utiliza para a prática de atividade física, sendo comum o ciclismo e as solicitações dos cidadãos para que a prefeitura construa uma ciclovia no local. Além disso, destaca-se o fato de um cemitério situar-se em parte do trecho.

Fica claro que a medida favorecerá o município, além de não comprometer a finalidade dos bens públicos envolvidos, que permanecerão destinados à circulação rodoviária. Nesse sentido, destaca-se a existência de minuta de projeto de lei na Câmara Municipal de Araxá, para que o ente municipal possa municipalizar os trechos já citados.

Assim, torna-se muito importante Araxá assumir definitivamente a responsabilidade pela manutenção e conservação da via pública, propiciando bons resultados para todas as partes envolvidas.

Pela importância da municipalização do trecho, conto com o apoio dos nobres deputados para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.755/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências para a concessão de isenção da taxa de licenciamento para veículos com mais de dez anos de fabricação. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 5.756/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras e a prestação de contas do Convênio nº 497.166, firmado entre esse órgão e o Dnit. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.757/2013, do deputado Bosco, em que solicita seja encaminhado ao Dnit, com envio de cópia à Superintendência Regional do Dnit em Minas Gerais, pedido de providências solicitando a instalação de radares eletrônicos no Km 644 da BR-262, próximo a Ibiá. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.758/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a destinação de recursos oriundos da dotação orçamentária do Estado com vistas à aquisição de imóveis para a construção de oito áreas integradas de segurança pública em Uberlândia. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.759/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para o asfaltamento do trecho de 5km que liga a BR-365 à Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, em Uberlândia, e o recapeamento da Rodovia José Leva, no trecho da Rodovia Municipal Neusa Resende até a Escola Agrotécnica Federal. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.760/2013, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona pela prisão de diversos indivíduos, apreensão de menores, bem como de quatro armas com munições intactas e guardadas, R\$720,00 reais em dinheiro, um veículo VW Pointer, uma motocicleta preta, dez buchas de maconha, uma pedra de *crack* e dois *notebooks*, no Município de Vespasiano.

Nº 5.761/2013, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª e 3ª Cia. Rotam, pela prisão de um homem e uma mulher por tráfico de drogas em Belo Horizonte.

Nº 5.762/2013, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 7ª Cia. PM Tático Móvel do 5º BPM, pela realização da Operação Impacto e prisão de um casal por tráfico de drogas no Bairro Havaí, em Belo Horizonte. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.763/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais federais que participaram de operação que culminou no desmembramento de uma quadrilha especializada em tráfico internacional de armas.

Nº 5.764/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas a que seja agilizada a disponibilização de viaturas para o Município de Carmo do Cajuru, inclusive de viatura específica para o policiamento rural.

Nº 5.765/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais federais que participaram de operação que culminou no desmembramento de quadrilha envolvendo empresários, servidores públicos e ex-prefeitos, a qual desviava dinheiro público, chegando ao valor de 400 milhões de reais.

Nº 5.766/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e ao DER-MG pedido de providências para elaborar projeto de pavimentação asfáltica do trecho da Rodovia BR-262 até o Distrito de Itaipu, no Município de Araxá.

Nº 5.767/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que proceda a estudo que viabilize melhorias físicas e novas sinalizações para o entroncamento da BR-265 com a MG-167.

Nº 5.768/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado DER-MG pedido de providências para readequar o entroncamento da BR-265 com a MG-167, em Santana da Vargem.

Nº 5.769/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à procuradoria-geral de justiça do Estado pedido de providências para que a terceirização do DER-MG seja suspensa.



Nº 5.770/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a terceirização do DER-MG seja suspensa.

Nº 5.771/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para redução da velocidade máxima de 80km/h para 60km/h nos radares próximos ao trevo de Santana da Vargem na MG-167.

Nº 5.772/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a colocação de redutores de velocidade no entrocamento das rodovias MG-167 e BR-265, nas modalidades eletrônico e quebra-molas, limitando-a ao máximo de 40 km/h.

Nº 5.773/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que, no projeto executivo elaborado para a BR-367, o trecho do lote 1 passe o mais perto possível do perímetro urbano de Salto da Divisa, de forma a viabilizar a implantação do projeto Museu do Percurso.

Nº 5.774/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a limitação da contratação de trabalhos e consultoria às áreas que não sejam inerentes ao órgão, vedando a terceirização em atividades-fins, como execução de projetos e todas as fases de fiscalização de obras e de transporte público.

Nº 5.775/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes moção de repúdio pelo não comparecimento de nenhum representante dessa secretaria na reunião de audiência pública realizada pela Comissão de Transporte em 4/9/2013.

Nº 5.776/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para promover concurso público a fim de suprir as necessidades desse órgão.

Nº 5.777/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a criação de linhas de transporte público intermunicipal entre Moeda e Belo Vale.

Nº 5.778/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que sejam incluídos no lote nº 1 do projeto executivo elaborado para a BR-367 os trechos não asfaltados e as pontes entre os Municípios de Jequitinhonha e Jacinto.

Nº 5.779/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a fiscalização do transporte público entre os Municípios de Ribeirão das Neves e Belo Horizonte.

Nº 5.780/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a expansão do número de linhas de transporte público intermunicipal entre Moeda e Belo Horizonte, Belo Vale e Belo Horizonte, Bonfim e Belo Horizonte.

Nº 5.781/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja duplicada a Rodovia MG-497, no trecho que liga o Município de Uberlândia ao Município de Prata.

Nº 5.782/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam instalados redutores de velocidade nas proximidades das escolas situadas no Bairro Jardim Vitória.

Nº 5.783/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e ao Detran-MG pedido de providências que sejam elaborados e executados os projetos técnicos necessários para a implementação das melhorias na via acostamento e condições de segurança da Rodovia MG-290, que liga o Município de Pouso Alegre ao Município de Jacutinga.

Nº 5.784/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional pedido de providências para que se instalem torres de telefonia que atendam aos moradores do Distrito de Quartel do Sacramento e adjacências, compreendidas por Passa Dez, Palestina, Vista Alegre, Córrego da Derrubada e Córrego do Areia, no Município de Bom Jesus do Galho.

Nº 5.785/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Bhtrans pedido de providências para que melhore a sinalização dos logradouros do Bairro Jardim Vitória que menciona.

Nº 5.786/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja construído o entorno rodoviário de Esmeraldas, ligando a MG-60 antes e depois do município, sem passar pela área urbana.

Nº 5.787/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para minimizar os impactos causados pela não conclusão da pavimentação do trecho de estrada que liga o Distrito de Senhora do Carmo, em Itabira, ao Município de Itambé do Mato Dentro, e para avaliar a qualidade técnica do trecho já concluído.

Nº 5.788/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para que seja asfaltada a estrada de terra que interliga Capetinga a São Sebastião do Paraíso, passando por Goianazes.

Nº 5.789/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a reativação da linha de transporte rodoviário intermunicipal entre Belo Horizonte e o Distrito de São Sebastião do Gil, no Município de Desterro de Entre-Rios.

Nº 5.790/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que seja agilizada a realização do processo licitatório do projeto executivo de asfaltamento da BR-367, no trecho localizado entre Minas Novas e Virgem da Lapa.

Nº 5.791/2013, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhada ao Dnit manifestação contrária à cobrança de pedágio na BR-050, no trecho entre Araguari e Uberlândia, para veículos emplacados nesses municípios.

Nº 5.792/2013, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para a manutenção, pelo Estado, em parceria com a MGS, da Unidade de Atendimento Integrado - UAI - de Coronel Fabriciano, nos moldes planejados para a UAI Praça Sete, em Belo Horizonte.



Nº 5.793/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências solicitando especial atenção na liberação dos recursos alocados na Ação 4353 do exercício 2013 - Apoio à cadeia produtiva dos queijos artesanais de Minas, com vistas a investir na regularização sanitária da produção de queijo.

Nº 5.794/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências solicitando especial atenção na liberação dos recursos alocados na Ação 4353 do exercício 2013 - Apoio à cadeia produtiva dos queijos artesanais de Minas, com vistas a investir na regularização sanitária da produção de queijo.

Nº 5.795/2013, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Educação pedido de providências para a transferência do Município de Urucuia da Superintendência Regional de Ensino de Januária para a Superintendência Regional de Ensino de Unaí.

Nº 5.796/2013, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que a Prefeitura Municipal de Betim retome o Programa de Educação Integral no Município.

Nº 5.797/2013, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional pedido de providências para que seja apurada denúncia de atividade de caça de animais silvestres na mata e no entorno da Usina Hidrelétrica Maurício, no Município de Leopoldina.

Nº 5.798/2013, da Comissão de Combate ao Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Políticas sobre Drogas pedido de providências para que seja realizado um evento no Município de Pirapora para promover a capacitação de agentes locais e da região que atuam na prevenção e no combate ao uso de drogas.

Nº 5.799/2013, da Comissão de Combate ao Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que seja implantado um centro de atenção psicossocial álcool e drogas - Caps-Ad - nos Municípios de Pirapora e Buritizeiro.

Nº 5.800/2013, da Comissão de Combate ao Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Segurança Pública pedido de providências para a restauração da lancha da Polícia Civil que atua na hidrovia do Rio São Francisco, no Município de Pirapora, e que seja ampliado o número de efetivo policial das Polícias Civil e Militar no referido município e região.

Nº 5.801/2013, da Comissão de Combate ao Crack, em que solicita seja encaminhado à Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para que seja reaberto o posto policial da Rodovia BR-365 próximo ao Município de Pirapora.

Nº 5.802/2013, da Comissão de Combate ao Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências para a implantação de um centro de internação provisória no Município de Pirapora, tendo em vista o índice crescente de infrações cometidas por crianças e adolescentes.

Nº 5.803/2013, da Comissão de Combate ao Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas pedido de providências para que sejam enviados recursos do programa Crack, É Possível Vencer para o Município de Pirapora.

Nº 5.804/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social, à Polícia Militar e à Polícia Civil as notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências para a ampliação do efetivo das Polícias Militar e Civil no Município de Carmo do Cajuru.

Nº 5.805/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a instalação de câmeras do programa Olho Vivo e do serviço 190 específico no Município de Carmo do Cajuru.

Nº 5.806/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Polícia Militar pedido de providências para a reativação do subdestacamento do Distrito de Águas Férreas.

Nº 5.807/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a reativação e gestão do programa Olho Vivo no Município de Ipatinga.

Nº 5.808/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria de Justiça e ao Tribunal de Justiça pedido de providências para que sejam designados juiz e promotor de justiça para a Comarca de Lajinha.

Nº 5.809/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para a construção de um quartel no Município de Carmo do Cajuru.

Nº 5.810/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Superintendência de Administração Prisional pedido de providências para a assunção da cadeia pública do Município de Carmo do Cajuru.

Nº 5.811/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho e à Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências para que sejam averiguadas as alegadas irregularidades na nomeação do Sr. Heli Siqueira de Azevedo relatadas em documento apresentado a essa comissão.

Nº 5.812/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal e pedido de providências para o financiamento do referido projeto.

Nº 5.813/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados à Fapemig cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal e pedido de providências para o financiamento do referido projeto.

Nº 5.814/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados à Capes cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal e pedido de providências para o financiamento do referido projeto.

Nº 5.815/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados ao CNPq cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal e pedido de providências para o financiamento do referido projeto.



Nº 5.816/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério de Desenvolvimento Agrário cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal e pedido de providências para o financiamento do referido projeto.

Nº 5.817/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados à Agência Brasileira de Inovação - Finep - cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal e pedido de providências para o financiamento do referido projeto.

Nº 5.818/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizada licitação para concessão de serviços de transporte público intermunicipal que atenda à população de Ribeirão das Neves e estudo para a revitalização do curso d'água denominado Ribeirão das Neves, localizado nesse Município.

Nº 5.819/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para o atendimento das reivindicações dos cidadãos de Ribeirão das Neves para a transferência, com a urgência requerida, dos detentos do Presídio José Maria Alkimin para o complexo prisional público-privado.

Nº 5.820/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que seja duplicada a Rodovia BR-153 e construído um viaduto no entroncamento com a Rodovia MG-497.

Nº 5.821/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao governador do Estado as notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para que seja desativado o Complexo Penitenciário José Maria Alkimin e sejam transferidos os presos ali recolhidos, com posterior cessão do imóvel ao Município de Ribeirão das Neves, conforme solicitação apresentada pela prefeita desse Município na Comissão de Direitos Humanos.

Nº 5.822/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a inclusão no programa Caminhos de Minas do trecho de 14 km de terra que liga os Municípios de Belo Vale e Moeda, na região central do Estado.

Nº 5.823/2013, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à BHTrans pedido de providências para a criação de um grupo de trabalho composto de representantes de vários segmentos da sociedade civil, em especial de entidades que atuam no ciclismo, quando da elaboração de estudos técnicos para obras de melhoria ou implantação de ciclovias em Belo Horizonte.

Nº 5.824/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves o trecho das notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para que seja avaliado e adequado o serviço de coleta de lixo na Rua Mário Costa Teixeira, em frente ao nº 22, que se apresenta insuficiente, conforme denúncia apresentada pelo Sr. José Apolônio de Paula nessa comissão.

Nº 5.825/2013, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhada à Codevasf cópia da proposta de pesquisa sobre os padrões sanitários de produção do queijo minas artesanal, bem como pedido de providências para o financiamento do referido projeto.

Nº 5.826/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados às Secretarias de Planejamento, de Saúde e de Educação as notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para a ampliação de investimentos no Município de Ribeirão das Neves nas áreas de transporte metropolitano, educação e saúde conforme reivindicações apresentadas nessa comissão.

Comunicações

- São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública, de Transporte, de Segurança Pública, de Esporte, de Cultura (2) e de Direitos Humanos e dos deputados Bosco, Carlos Pimenta e Sávio Souza Cruz

Oradores Inscritos

- Os deputados Sargento Rodrigues e Paulo Guedes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O deputado João Leite - Sr. Presidente, queria apenas, na verdade, debater com o deputado Paulo Guedes. O deputado diz que a Polícia Civil, de alguma forma, está "destruída" no Estado, ou palavra semelhante. Queria lembrar a produção da Polícia Civil no Estado de Minas Gerais. Na próxima quarta-feira, a Comissão de Segurança Pública estará homenageando mais de 20 policiais. Recentemente tivemos um sequestro na RMBH, e os policiais civis tiveram uma ação destacada, uma ação reconhecida pela Assembleia Legislativa, pela população. Então, na verdade, temos uma Polícia Civil atuante no Estado. Temos nossos investigadores, nossos peritos, nossos delegados, temos um corpo de auxiliares de administração na Polícia Civil, temos nossos médicos-legistas. A Polícia Civil é atuante no Estado de Minas Gerais. Deputado Paulo Guedes, com muito respeito, recentemente V. Exa. buscou a ajuda da Polícia Civil para resolver um caso em sua base eleitoral. A Polícia Civil fez todo o esforço, disponibilizando investigadores e delegados, que se deslocaram de Belo Horizonte, até mesmo para apoiar os companheiros da região. Recebi ontem, na Comissão de Segurança Pública, um inquérito - parece-me - de Manga, sua região. De desaparecido. Mas temos outro caso, uma denúncia de que a apuração do caso não foi bem encaminhada. Estamos debruçados sobre isso. Em Minas Gerais, a Polícia Civil faz um trabalho muito grande. Veja V. Exa.: o efetivo da Polícia Civil hoje - não tenho os dados precisos -, em Minas, é de cerca de 8 mil, 9 mil policiais. O efetivo da Polícia Federal é de 7.800 policiais. Esse é um dado oficial do sindicato da Polícia Federal. São 7.800 policiais federais, que não darão conta de cuidar da segurança na Copa do próximo ano. Na Copa do Mundo da Alemanha, 40 mil pessoas foram traficadas; na da África do Sul, foram 150 mil. Outro dia, um delegado federal veio à Comissão de Segurança Pública e disse, Toninho, que só há uma entrada para estrangeiros em Minas Gerais: o aeroporto de Confins. Ele desconhece que 25% da malha rodoviária de Minas Gerais é federal e que existe um policial rodoviário federal para cada 700km. Concordo plenamente com o deputado Paulo Guedes: precisamos melhorar a segurança pública. Mas não é em Minas Gerais, não, é no Brasil. Precisamos dar condições para as nossas polícias. Outro dia estive na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Há 15 mil pessoas presas às



expensas do governo do Mato Grosso do Sul. Também há quase 60 mil presos no Estado de Minas Gerais, que os senhores e as senhoras presentes prenderam, e 100% do custeio é do Tesouro deste Estado. Poderia ter mais dinheiro mesmo para pagar aos nossos policiais, mas há 60 mil presos em nossas cadeias cujas despesas o governo do Estado tem de custear todo mês. A maioria desses presos cometeram crimes federais, como tráfico de drogas e contrabando de armas. Então é preciso dizer que o choque de gestão foi importante, porque o meu pai, que era investigador e já faleceu, e a minha mãe, assim como vocês, recebiam em sete chamadas no governo anterior. O governo de antes do nosso pagava em sete chamadas. Há muito investigador jovem aqui e não vai se lembrar disso, mas o Toninho e o Denilson lembram. Vejo aqui outros que não são da minha geração, mas se lembram disso. A minha mãe, servidora pública, recebia na última chamada, no dia 29 do mês. O choque de gestão foi para isso. Eu era secretário de Estado e tive de fazer um corte de 30% para conseguir pagar os salários dos servidores. Pegamos o governo do Estado, do PMDB e do PT, que pagavam em sete chamadas. Essa é a verdade. O choque de gestão foi feito para que o Estado conseguisse pagar ao servidor até o quinto dia útil do mês, como ocorre agora. É direito do servidor do Estado receber dessa maneira. Se falta uma coisa, se falta outra, os salários e o 13º salário não podem faltar. Além disso, os criminosos que vocês prendem têm de estar em nossas cadeias também. Minas Gerais não tem uma penitenciária federal. Existem quatro no Brasil. Sabem quantos presos têm nessas quatro penitenciárias? Não tem 400. Pesa sobre os estados a guarda de 60 mil presos. Cada preso custa R\$2.000,00 por mês, valor custeado pelo Tesouro do Estado de Minas Gerais. Este debate foi bom para citarmos tudo isso. O que fazer? É preciso colocar o agente penitenciário para cuidar dos presos; é preciso fornecer o alimento. Esse é o preço. Queria só fazer esses esclarecimentos neste debate.

O deputado Paulo Guedes - Vou falar menos para que os outros possam falar também. Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo colega João Leite, quero refrescar-lhe a memória, pois ele fala do governo anterior como se os governos anteriores ao do Aécio tivessem sido do PT. João Leite, só para lembrar, Itamar Franco foi o principal cabo eleitoral de Aécio. O PT participou apenas de um pedaço do governo Itamar, que depois aliou-se a vocês. Portanto, vocês estão mandando no Estado não somente há 10 anos. Antes de Itamar, tivemos o governo de Azeredo, que também era do PSDB. Então essa herança maldita é de vocês. Itamar morreu como aliado de vocês. Itamar foi o candidato de Aécio ao Senado. Ele deixou Zezé Perrella como senador por oito anos sem que este tenha recebido um voto. Todos sabem do que estou falando. Desse jeito, fica parecendo que isso é problema nosso, mas não é. Quero agradecer à Polícia Civil, sim, que foi até Rio Pardo de Minas. Quero reconhecer o esforço que a Polícia Civil tem feito, sim, mesmo sem valorização e sem plano de cargos e salários. Isso mostra que os policiais civis têm amor à categoria, têm amor ao Estado e querem trabalhar. No entanto, como trabalhar sem condições? Como trabalhar sem viaturas? Como trabalhar sem infraestrutura? É isso que estou querendo mostrar. Os policiais civis são companheiros, guerreiros e estão segurando uma peteca sem nenhuma condição. O Estado não está dando condições para que a força de segurança pública desenvolva um trabalho de forma mais efetiva. Foi isso que quis dizer. Não misture as coisas. Não confunda minha fala. Imaginem se a Polícia Civil pudesse ganhar pelo menos a metade do que ganha a Polícia Federal. Seria bom demais, não é? Seria bom demais da conta. Era essa ponderação que queria fazer, porque fica parecendo que o choque de gestão, inventado há 10 anos, que é o choque de enganação, o choque de tapeação... Antes dos 10 anos do PSDB, o governo já era do PSDB. Itamar inventou Fernando Henrique Cardoso e foi o principal aliado de Aécio. Tudo isso já ficou claro. Antes de Itamar, Azeredo inventou tantas coisas, mas a imprensa só divulga as mazelas se elas forem do PT. Foi o governo Azeredo que ajudou, contribuiu para quebrar Minas Gerais. Mesmo assim, Azeredo e Itamar deixaram uma dívida de R\$14.000.000.000,00. E o choque de gestão de Aécio e Anastasia quebrou o Estado, sucateou a polícia, a segurança, a educação e a saúde, deixou de investir R\$8.000.000.000,00 na saúde, deixou de investir R\$8.000.000.000,00 na educação e ainda conseguiu fazer o milagre da transformação da dívida, que pulou de R\$14.000.000.000,00 para quase R\$100.000.000.000,00. Esse é o choque de gestão que temos de mostrar ao Brasil. O Brasil precisa saber que o choque de gestão é o choque da enganação, da quebradeira e da ilusão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Com a palavra, o deputado Rômulo Viegas.

- Os deputados Rômulo Viegas e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questões de Ordem

O deputado João Leite - Sr. Presidente, queremos votar o projeto da Polícia Civil. A oposição não quer, nós queremos. Onde está a oposição? V. Exa. é que quer mandar. Onde está a oposição? V. Exa. não quer votar.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o deputado toma a palavra, acha que a Casa é dele, que, sendo PSDB, tudo ele pode fazer como quer, e não respeita o Regimento Interno. Aí não. A oposição não quer votar a lei orgânica como ela está, sem as emendas. Mas com as emendas nós queremos. Quero explicar-lhes que o deputado João Leite não disse que o projeto, como está hoje, é exatamente como o sindicato não quer. Queremos encerrar a reunião para negociar as emendas.

O deputado Paulo Guedes - A oposição está aqui. Há mais deputados da oposição aqui do que da base. Pode contar. A oposição está aqui, a oposição está sempre presente.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.763 a 5.765 e 5.804 a 5.810/2013, da Comissão de Segurança Pública, 5.766 a 5.790, 5.820, 5.822 e 5.823/2013, da Comissão de Transporte, 5.791 e 5.792/2013, da Comissão de Assuntos Municipais, 5.793, 5.794, 5.812 a 5.817 e 5.825/2013, da Comissão de Política Agropecuária, 5.795 e 5.796/2013, da Comissão de Educação, 5.797/2013, da Comissão de Meio Ambiente,



5.798 a 5.803/2013, da Comissão de Combate ao Crack, e 5.811, 5.818, 5.819, 5.821, 5.824 e 5.826/2013, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 1º/10/2013, dos Requerimentos nºs 5.686/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 5.701/2013, da Comissão de Participação Popular; de Transporte - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 1º/10/2013, do Projeto de Lei nº 3.901/2013, do governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 5.595/2013, do deputado Pompílio Canavez, 5.599/2013, da Comissão de Segurança Pública, 5.606 e 5.613/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 5.609/2013, do deputado Duarte Bechir; de Segurança Pública - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 1º/10/2013, dos Requerimentos nºs 5.443 e 5.437/2013, do deputado Leonardo Moreira, 5.604/2013, do deputado Sargento Rodrigues, 5.607/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 5.689, 5.695, 5.697 e 5.700/2013, do deputado Cabo Júlio; de Esporte - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 1º/10/2013, dos Projetos de Lei nºs 2.528/2011, do deputado Jayro Lessa, 4.115/2013, do deputado Neider Moreira, 4.345/2013, do deputado Sargento Rodrigues, 4.371/2013, do deputado Neilando Pimenta, 4.372/2013, do deputado Hélio Gomes, e 4.380/2013, do deputado Inácio Franco, e dos Requerimentos nºs 5.540/2013, do deputado Cabo Júlio, 5.563/2013, da deputada Liza Prado, e 5.594/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; e de Cultura (2) - aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 25/9/2013, do Requerimento nº 5.590/2013, do deputado Duarte Bechir; e aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 2/10/2013, dos Projetos de Lei nºs 4.337/2013, do deputado Lafayette de Andrada, 4.395/2013, do deputado João Leite, e 4.404/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O deputado Paulo Guedes - Presidente, fui citado - ia pedir o art. 164 - pelo deputado João Vítor Xavier. Na minha ausência, ele se utilizou de aparte... Quero lembrar ao deputado João Vítor Xavier - ele é novo na Casa, está chegando agora, é um excelente repórter e comentarista esportivo - que, na ânsia de fazer a defesa de seu amigo Aécio Neves na Casa, ele esquece... Calma. Somente quero lembrar que, na ânsia de fazer essa defesa, ele cometeu algumas injustiças comigo. E o que eu quis dizer naquela ocasião, é que o PSDB e as suas lideranças na Casa... Assim não há como continuar.

O presidente - Gostaria de pedir permissão à plateia para ouvir o deputado Paulo Guedes, pois se trata de questão de ordem.

O deputado Paulo Guedes - Em respeito e sabendo da apreensão para resolver o problema da Polícia Civil, vou abrir mão da minha fala.

O deputado Rogério Correia - Pela ordem, presidente. Queria pedir a V. Exa. o encerramento... Eu já peço o encerramento, de plano, por que não há quórum, e estamos...

O deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, queria apenas dizer o seguinte: veja como ele é contraditório, pediu para eles não se desmobilizarem, pediu para ficarem aqui, e agora pede para encerrar a reunião. Solicito a recomposição do quórum, porque há matéria importante. Muitos viajaram para acompanhar essa votação, e ele pede para encerrar a reunião. Ele pede para que não se desmobilizem, mas agora solicita o encerramento da reunião. Peço a recomposição do quórum, Sr. Presidente, para o projeto da Polícia Civil.

O presidente - O deputado Rogério Correia pediu o término da reunião. É atribuição da presidência, conforme o Regimento Interno, avaliar os pedidos do deputado Rogério Correia e do deputado João Leite. De plano, verificamos que há poucos deputados, e a presidência, não de forma ortodoxa, mas democrática, considerando os dois pedidos, solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum, tendo em vista a relevância da matéria, e não o aspecto partidário.

O secretário (deputado Cabo Júlio) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 17 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em turno único, dos Projetos de Resolução nºs 4.456, 4.457 e 4.458/2013, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 3, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 7/10/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a suposta violação de direitos humanos em desfavor do Cabo BM Cleomar Rodrigues de Oliveira e do Cabo BM Udson Eustáquio dos Santos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2013.



Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 8/10/2013, às 10 horas, em São José da Lapa, com a finalidade de debater os direitos humanos violados em virtude do aumento da criminalidade nesse município e na região.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.447/2013

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria da deputada Luzia Ferreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Apoio a Portadores de Câncer, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.447/2013 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Apoio a Portadores de Câncer, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar serviços sociais aos portadores de câncer e aos seus familiares, bem como criar e implementar projetos de autossustentabilidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.447/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2013.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.950/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a prorrogação dos mandatos dos conselheiros tutelares no Estado e dá outras providências.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/4/2013, a proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 188 combinado com o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem o objetivo de prorrogar os mandatos dos conselheiros tutelares empossados em 2010, 2011 e 2012 em municípios do Estado até a posse dos eleitos no primeiro processo unificado, como prevê a Lei Federal nº 12.696, de 25/7/2012, que altera dispositivos da Lei Federal nº 8.069, de 13/7/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para dispor sobre os conselhos tutelares. Prevê, ainda, que a eventual lei dela resultante não se aplicará aos municípios que tenham legislado de forma diversa do disposto na lei após a publicação da referida lei federal, observando a legislação municipal respectiva.

A Lei Federal nº 12.696, de 2012, além de unificar o processo de escolha dos conselheiros tutelares em todo o País, ampliou de três para quatro anos a duração dos mandatos para esses cargos. No entanto, não dispôs sobre o processo de transição dos mandatos em curso até a eleição unificada. Segundo a justificação do autor, é justamente essa lacuna que se pretende preencher com o projeto de lei em análise.

A Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbice na iniciativa parlamentar nem na competência legislativa, que, nos termos do inciso XV do art. 24 da Constituição da República, situa a proteção à infância e à juventude entre as matérias de legislação concorrente. No entanto, apresentou substitutivo para fins de adequação aos preceitos da técnica legislativa.



De fato, a proposição complementa as normas gerais editadas pela citada Lei Federal nº 12.696, de 2012, mas alguns pontos devem ser observados.

Esta comissão realizou audiência pública, em 11/9/2013, para discutir o projeto de lei em análise e subsidiar a elaboração deste parecer. Entre os participantes dessa audiência, foi consenso a importância da unificação desse processo em todo o País. Foi consenso também que o novo prazo para o mandato de conselheiro tutelar, que passou de três para quatro anos, só passa a vigorar a partir do primeiro processo unificado, que ocorrerá em outubro de 2015, ou seja, para os mandatos que começam em 10/1/2016.

Quanto à prorrogação dos mandatos, há alguns pontos conflitantes. A Resolução nº 152, de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda –, prevê em seu art. 2º, III e IV, que os conselheiros tutelares empossados em 2011 ou 2012 terão, excepcionalmente, o mandato prorrogado até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado. Já o mandato dos conselheiros empossados em 2013, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins de participação no processo de escolha unificado que ocorrerá em 2015. Dessa forma, o conselheiro tutelar poderia, caso estivesse em seu segundo mandato, ficar até 10 anos no cargo.

Em relação a esse ponto da resolução nacional, o Ministério Público do Estado – MPE – se posiciona de forma divergente, por meio da Nota Técnica nº 3/2012/CAO-IJ, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do Estado, que trata das inovações trazidas pela Lei nº 12.696, de 2012, ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse caso, segundo a nota técnica, a sugestão é que se façam novas eleições para mandato-tampão pelo tempo restante, até a data limite de 10/1/2016, uma vez que não seria razoável a prorrogação dos mandatos por um período de tempo tão extenso.

Por outro lado, o próprio MPE reconhece que, para mandatos excessivamente curtos, não seria recomendável a realização de novas eleições. Esses casos deveriam ser resolvidos no âmbito dos estados e municípios, que determinariam, por ato normativo, observadas as peculiaridades locais, a solução que melhor se ajustasse aos seus interesses, inclusive a opção pela prorrogação do mandato, no exercício de sua competência legislativa concorrente e suplementar.

No caso de se optar pela prorrogação dos mandatos, o MPE recomenda a adoção de um limite a ser observado, evitando-se prorrogações superiores ao prazo de um ano e meio, conforme diretriz fixada por outra resolução do Conanda, a Resolução nº 139/2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos conselhos tutelares no Brasil. Essa resolução estabelece, em seu art. 6, § 2º, que o conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Esse foi o entendimento adotado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA –, conforme sua Resolução nº 49/2012, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos conselhos tutelares no Estado, ao replicar esse artigo em seu texto (art. 6º, § 2º).

Como entendemos que a prorrogação dos mandatos só deve ocorrer em casos extraordinários, como esse, que é um período de transição, e tentando compatibilizar as questões levantadas pelos atores envolvidos na referida audiência pública, apresentamos o Substitutivo nº 2, que estabelece a prorrogação dos mandatos, mas estabelece também o limite de um mandato e meio para fins de reeleição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.950/2013, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Dispõe sobre o mandato dos conselheiros tutelares de municípios do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O mandato do conselheiro tutelar de município do Estado empossado a partir de 1º de janeiro de 2011 encerrar-se-á em 10 de janeiro de 2016.

§ 1º – O conselheiro tutelar a que se refere o *caput* que tiver exercido o mandato por período ininterrupto superior a quatro anos e meio não poderá participar do processo de escolha unificado que ocorrerá em 2015.

§ 2º – Não haverá processo de escolha para os conselhos tutelares em 2014.

Art. 2º – O disposto no *caput* do art. 1º não se aplica ao município que regular de forma diversa a transição para o processo de escolha em data unificada estabelecido pela Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Rosângela Reis, presidente e relatora – Celinho do Sinttrocel – Bosco.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 2/10/2013, as seguintes comunicações:

Do deputado Bosco em que notifica o falecimento da Sra. Maria Abadia da Trindade, ocorrido em 25 de setembro, em Araxá. (- Ciente. Oficie-se.)



Do deputado Carlos Pimenta em que notifica o falecimento de Severino dos Santos, ocorrido em 21 de setembro, em Sapé (PB). (- Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. Venâncio Domingues Simões, ocorrido em 1º de outubro, em Congonhal. (- Ciente. Oficie-se.)

Da Comissão de Direitos Humanos em que notifica o falecimento da Irmã de Jesus Genoveva, conhecida como Veva, religiosa francesa que morou com o povo indígena Tapirapé, na região do Rio Araguaia, por 60 anos. (- Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/9/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Luzia Ferreira

exonerando Natália Priscila Lopes da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Wellder Costa Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Sérgio do Espírito Santo para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda, Vice-líder do Bloco Minas Sem Censura.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, e dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nº 5.086, de 31/8/1990, e nº 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 26/8/2013, o servidor Arnaldo Francisco Gonçalves, CPF nº 203.512.836-68, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-46, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 16/9/2013, a servidora Heloisa Sávia Amaral Duarte, CPF nº 427.570.376-68, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-46, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/9/2013, o servidor José Francisco de Oliveira, CPF nº 219.781.406-06, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-39, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 9/9/2013, o servidor Sebastião Pereira Lages, CPF nº 265.435.676-00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-46, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2012

Contratada: Guifer e Gaam Comercial Ltda.

Objeto: aquisição de materiais elétricos.

Sanção: suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública estadual pelo prazo de três meses.

Fundamento legal: Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011; Decreto nº 45.902, de 27/1/12; Lei nº 13.994, de 18/9/2001; e Lei nº 14.167, de 10/1/2002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2013

Contratada: Colin Comércio e Representações Ltda.

Objeto: aquisição de etiquetas, copos, clipes e caixas para arquivo.

Sanção: suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública estadual pelo prazo de três meses.

Fundamento legal: Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011; Decreto nº 45.902, de 27/1/12; Lei nº 13.994, de 18/9/2001; e Lei nº 14.167, de 10/1/2002.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2013

Contratada: Eduardo de Faria Chaves

Objeto: aquisição de etiquetas, copos, clipes e caixas para arquivo.

Sanção: suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública estadual pelo prazo de três meses.

Fundamento legal: Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011; Decreto nº 45.902, de 27/1/12; Lei nº 13.994, de 18/9/2001; e Lei nº 14.167, de 10/1/2002.

TERMO DE CONVÊNIO CNV/7/2013

Primeiro convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Terceiro convenente: Complexo MG Transplantes. Quarto convenente: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Objeto: cooperação mútua para o desenvolvimento de ações que visem à criação de monumento em homenagem aos doadores de órgãos, a ser instalado nas dependências da ALMG. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura.



ERRATAS

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/10/2013, na pág. 11, sob o título “OFÍCIOS”, no resumo do ofício do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, onde se lê:

“5.052/2013”, leia-se:

“5.062/2013”.

E no resumo do ofício do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, onde se lê:

“4.084”, leia-se:

“4.048”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.144/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/10/2013, na pág. 43, onde se lê:

“Tadeu Martins Leite, relator - Duarte Bechir.”, leia-se:

“Duarte Bechir, relator - Tadeu Martins Leite.”.